

CARTA IBGE



Ano IV • Nº 51

out / nov • 1998

PIB registra queda no terceiro trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou variação negativa (-0,14%) no terceiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo trimestre de 1997. A *indústria* (-2,06%) foi a principal responsável por esta retração do PIB, compensada, em parte, pelo crescimento da *agropecuária* (0,66%) e dos *serviços* (1,00%). Dois fatores determinaram o resultado deste trimestre: o desempenho negativo da *indústria de transformação* (-4,09%) e a diminuição no ritmo de crescimento da *construção civil* (0,36%).

O terceiro trimestre de 1998 foi marcado pela crise russa, que culminou em aumento da taxa de juros e contrariou a expectativa de recuperação do PIB, observada no segundo trimestre do ano. A desaceleração fica evidenciada pelo indicador de desemprego, que apresentou taxa média recorde para um terceiro trimestre (7,82%), com aumento de 33,9% em relação ao trimestre anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego. Já a Pesquisa Industrial Mensal mostra redução em todas as categorias de uso, no confronto mensal (mês contra o mesmo mês do ano anterior), com destaque para os bens de consumo duráveis e bens de capital. Neste último segmento, aliás, a queda acabou frustrando as expectativas de manutenção de crescimento, neste indicador.

O PIB registrou queda de 1,52%, do segundo para o terceiro trimestre deste ano, já descontadas as influências sazonais. O desaquecimento atingiu todos os setores, nesta comparação: *agropecuária* (-7,72%), *indústria* (-5,43%) e *serviços* (-0,39%).

Na série com ajuste sazonal, a queda do PIB no terceiro trimestre deste ano é a maior desde o terceiro trimestre de 95, período de ajuste econômico após a crise do México.

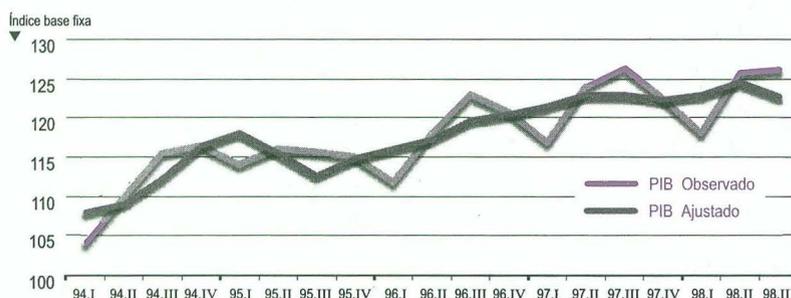
PIB acumula no ano expansão de 0,79%

A variação do PIB acumulada até o terceiro trimestre deste ano, de 0,79%, reverte a tendência de crescimento observada na taxa acumulada até o segundo trimestre (1,28%). Esta inversão foi determinada pela *agropecuária*, que passou de 3,78% para 2,72%, e pela *indústria*, com recuo de 1,20% para 0,05%. O setor de *serviços*, por sua vez, permaneceu estável no ano.

No acumulado até o terceiro trimestre, quatro subsectores apresentaram desempenho favorável: *extrativa mineral* (7,93%), *comunicação* (6,5%), *serviços industriais de utilidade pública* (4,11%) e *pecuária* (3,99%).

Em contrapartida, *extrativa vegetal* (-7,6%), *comércio* (-2,64%), *transformação* (-2,35%) e *outros serviços* (-1,11%) registraram quedas.

PRODUTO INTERNO BRUTO REAL — ÍNDICE TRIMESTRAL



■ EMPREGO

Desemprego de outubro fica em 7,45%

A taxa média de desemprego aberto de outubro (7,45%) ficou pouco abaixo da de setembro (7,65%), mas o desemprego cresceu em relação a outubro de 1997 (5,71%). No ano, a taxa média está em 7,78%.

Com relação ao mês anterior, houve queda de 0,4% no número de pessoas que compunham a força de trabalho (PEA) e crescimento de 1,3% do contingente de pessoas fora da força de trabalho. Dentro da PEA, tanto o número de pessoas ocupadas como desocupadas ou procurando trabalho apresentaram ligeira queda.



No período janeiro-outubro, em relação ao mesmo período de 97, a PEA cresceu 2% e o número de pessoas não economicamente ativas, 3,1%. O contingente de pessoas trabalhando ficou constante, uma vez que as quedas na indústria de transformação (-4,6%) e no comércio (-2,5%) foram compensadas pelo crescimento de serviços (2,1%) e da construção civil (0,9%).

Da mesma forma, a queda do número de empregados com carteira (-1,4%) e dos que trabalham por conta própria (-0,6%) foi neutralizada pelo crescimento dos empregados sem carteira. No acumulado do ano, o número de pessoas procurando trabalho aumentou 37,1%, sendo que o contingente das que procuraram trabalho pela primeira vez aumentou 67% e o de pessoas que já tinham trabalhado anteriormente cresceu 34,4%.

COMUNICADO

Como esta edição se refere a dois meses e não é possível incorporar aos textos todos os resultados liberados nesse período, optamos por informar os principais indicadores na tabela da página sete, garantindo a seqüência em relação aos dados contidos na Carta IBGE de setembro.

Confiantes na compreensão do leitor, prometemos retorno à regularidade no próximo mês e pedimos atenção para o formulário que está no final desta edição.

Quanto ao rendimento, de agosto para setembro, a média para as pessoas ocupadas manteve-se constante, sendo a variação mais significativa para aquelas que trabalharam por conta própria (3,3%). Em termos nominais, o rendimento médio de setembro ficou em R\$ 685,86 para as pessoas ocupadas, R\$ 677,64 para os empregados com carteira de trabalho assinada, R\$ 546,58 para os sem carteira e R\$ 589,03 para os que trabalham por conta própria.

Na comparação com setembro/97, o rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu 2,4% no conjunto das seis regiões pesquisadas, com destaque para a Região Metropolitana de Salvador (-4%).

■ CONTAS REGIONAIS

Programa de implementação cumpre nova etapa em Cuiabá

O IBGE coordena, desde 1996, o programa de implementação das Contas Regionais de cada estado, a partir de metodologia uniforme. Até julho de 1999, espera-se que a nova metodologia esteja implantada em todo o País.

O programa, coordenado pelo Departamento de Contas Nacionais do IBGE, tornará as estimativas estaduais coerentes e comparáveis entre si, além de compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil. O trabalho já envolve, hoje, praticamente todas as Unidades da Federação.

Em novembro, na cidade de Cuiabá, o programa voltou a reunir o IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatísticas. Com este, foi o quarto encontro nacional dos participantes do projeto, que já realizou também um encontro regional e dois cursos de capacitação.

Na reunião de Cuiabá serão apresentados os resultados relativos ao período 1985-1997 dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

A agenda para implementação da metodologia comum para as Contas Regionais continua em maio de 1999, com o terceiro curso de capacitação, a ser ministrado em Florianópolis. Nesta ocasião, pretende-se apresentar os procedimentos adotados para a elaboração das Contas Regionais dos estados citados acima, visando sua adoção pelas demais Unidades da Federação.

Em julho, serão divulgadas as Contas Regionais dos estados (período 1985-97), no V Encontro Nacional, em Caxias do Sul (RS). Será divulgada a versão final da metodologia das Contas Regionais e definido o cronograma de elaboração do ano-base de 1998 das Contas Regionais e Contas Nacionais do Brasil.

■ INDÚSTRIA

Produção industrial recua em setembro

A produção industrial brasileira completou, em setembro, uma série de quatro quedas consecutivas, tomando por base o mês anterior.

Descontadas as influências sazonais, o recuo de 2,4% em relação a agosto é o maior já apurado este ano, entre um mês e outro. Na comparação com setembro de 1997, os índices são ainda mais negativos: a retração chega aos -6,0%, puxada pelas quedas em todas as categorias de uso e em 17 dos 20 ramos pesquisados.

Até o meio do ano, a indústria operou em níveis de produção inferiores, mas ligeiramente próximos aos observados em 1997. Análise do comportamento de cada trimestre, sobre igual período do ano passado, mostra que a taxa ficou em -0,5% no primeiro trimestre, chegando a -0,9% no período seguinte (segundo trimestre 98/segundo trimestre 97). No terceiro trimestre a queda alcança 2,9%, contrariando a expectativa de resultados mais favoráveis no segundo semestre.

O acumulado do ano passa de -0,9% para -1,5%, entre agosto e setembro, enquanto o indicador dos últimos 12 meses registra -1,1%, sua primeira marca negativa desde novembro de 1996.

De agosto para setembro, entre as categorias de uso, somente a área de *bens de consumo duráveis* conseguiu resultado levemente positivo: 0,2%. As reduções foram mais sensíveis nos segmentos de *bens de capital* (-3,3%) e de *bens intermediários* (-2,8%), já que os *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* (-1,8%) apresentaram desempenho acima da média global (-2,4%) do período.



Frente a setembro de 1997, a retração é mais aguda para os *bens de consumo duráveis* (-23,8%), mostrando que o ajuste da produção às novas condições de mercado deve prosseguir. Outra área com redução significativa e generalizada é a de *bens de capital* (-10,9%). Já os segmentos de *bens intermediários* (-3,8%) e de *bens de consumo semiduráveis e não-duráveis* (-4,4%), mesmo com resultados inferiores aos de setembro de 1997, tiveram quedas menores do que a redução média global da indústria.

■ INFLAÇÃO

INPC volta a registrar resultado positivo

Após três meses consecutivos de deflação, o INPC voltou a registrar crescimento de preços em outubro: 0,11%. No mês anterior, a variação foi de -0,31%.

Nos últimos 12 meses, a taxa situou-se em 2,98%, contra 3,16% até setembro. De janeiro a outubro, o INPC – que abrange famílias com rendimento de um a oito salários mínimos – acumula 2,24%.



Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação bem menor: apenas 0,02%, o que fez a taxa anualizada recuar dos 2,27%, apurados em setembro, para 2,05%, em outubro. No ano, o IPCA – que mede a inflação com base no consumo das famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos, acumula variação de 1,44%.

Entre os sete grupos que compõem o INPC, a maior variação foi a de Vestuário, com 0,73%. Saúde e Cuidados Pessoais (0,24%) apresenta o segundo maior resultado, puxado pelo aumento no item óculos e lentes (1,64%).

O INPC registrou também alta de 0,14% em Alimentação e Bebidas, com destaque para a elevação observada em *cereais, leguminosas e oleaginosas* (5,15%), *tubérculos, raízes e legumes* (1,47%) e *carnes e peixes industrializados* (1,21%). Em compensação, ainda dentro deste grupo, houve recuo para *leite e derivados* (-2,08%), *açúcares e derivados* (-1,47%) e *aves e ovos* (-1,33%).

No grupo Habitação a variação ficou em 0,01%. Artigos de Residência fechou com -0,15%, Transporte e Comunicação com -0,09% e Despesas Pessoais com -0,01%.

As maiores taxas regionais do INPC foram observadas em Salvador (0,47%), Curitiba (0,38%) e Goiânia (0,35%). Em contrapartida, Rio de Janeiro (-0,21%), Porto Alegre (-0,15%), Fortaleza (-0,15%) e Brasília (-0,01%) fecharam o mês com variações negativas. Nas demais regiões pesquisadas, o INPC apresentou os seguintes resultados: Belém (0,24%), Recife (0,16%), Belo Horizonte (0,14%) e São Paulo (0,08%).

■ **INDÚSTRIA REGIONAL**

Regiões pesquisadas refletem desaquecimento do setor

A indústria perdeu fôlego na maioria dos locais pesquisados pelo IBGE, em setembro. De um total de 11 áreas, apenas Rio de Janeiro (5,7%), Bahia (4,8%) e Ceará (0,3%) aumentaram a produção, em relação a setembro de 1997.

No Rio, a liderança do desempenho regional reflete a expansão da extrativa mineral (19,1%), na qual a indústria fluminense vem concentrando sua evolução positiva. Tanto é que a indústria de transformação recuou, no mesmo período, 2,1%.

Na Bahia é o setor químico que está aquecendo a atividade industrial. Graças, principalmente, aos derivados de petróleo, a química cresceu 11,6%, no confronto com setembro do ano passado.

A retração na indústria atingiu com mais vigor as regiões de Pernambuco (-19,4%) e São Paulo (-8,2%). A queda em Pernambuco deve-se ao momento difícil vivido pelo setor álcool-açucareiro. Já o parque industrial paulista amarga a fase negativa do ramo de material de transporte, pressionado pela produção menor de automóveis.

Ainda com quedas superiores à média da indústria brasileira (-6,0%), no comparativo setembro 98 / setembro 97, ficaram Santa Catarina (-6,7%) e Minas Gerais (-6,6%). A produção recuou -4,5% no Sul, -3,4% no Nordeste, -3,2% no Rio Grande do Sul e -1,5% no Paraná.

■ **CEARÁ**

Pesquisa industrial produz novos índices regionais

A partir de agosto, a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física passou a apresentar indicadores também para o estado do Ceará, ampliando as possibilidades de utilização dos dados da pesquisa.

A representação desse estado foi concretizada graças à parceria entre o Departamento de Indústria do IBGE, a Divisão de Pesquisas do IBGE no Ceará e, durante algumas etapas da implementação, a Fundação Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE).

Com os primeiros resultados, divulgou-se breve análise do setor industrial cearense, entre os anos 1991 e 1997, período em que se registrou crescimento de 9,1%. No mesmo intervalo, a indústria nordestina teve incremento de 8,3%, enquanto a produção nacional avançou 19,9%.

Sempre tomando por base o ano anterior, a indústria cearense cresceu em 1992 (3,3%) e experimentou forte retração em 1993 (-12,9%). A recuperação veio em 1994 (10,3%) e continuou no ano seguinte (7,9%). A segunda queda ao longo desta série acontece em 1996 (-0,5%), resultado superado pelo crescimento de 2,4% no ano passado. De janeiro a setembro de 1998, a expansão do setor está em 1,1%.

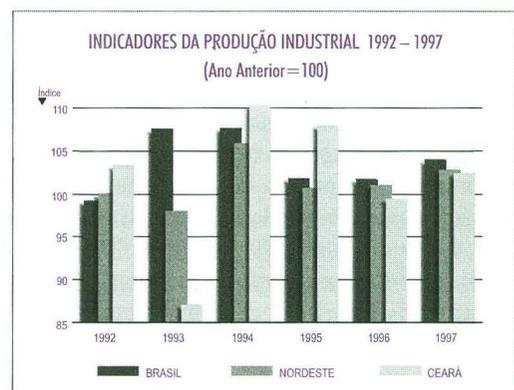
Dividindo o período coberto pela série em duas fases, constata-se que entre 1991 e 1993, quando predominou um movimento recessivo em nível nacional, a indústria do Ceará registrou queda de 10,1%, marca bem inferior ao desempenho do Nordeste (-2,0%) e ao do Brasil (3,5%).

Na fase seguinte, de 1993 a 1997, marcada por contínua elevação da produção industrial impulsionada, sobretudo, pelo avanço expressivo dos bens de consumo, o parque fabril cearense acumulou expansão de 21,3%, ante os 15,8% de aumento na produção nacional.

Em 1992, no final de uma fase recessiva que fez a indústria brasileira recuar 3,7% frente ao ano anterior, a indústria evoluiu 3,3% no Ceará.

Na fase de recuperação acelerada (de 1993 a 1995), a indústria do Ceará (3,7%) ficou bem abaixo da média brasileira (17,8%) e ligeiramente abaixo do ritmo da indústria nordestina (4,3%). A maior expansão, no período, ocorreu para os bens de consumo duráveis, de fraca presença na estrutura fabril cearense. O resultado obtido pela indústria local só não foi melhor devido à queda assinalada em 1993 (-12,9%), a maior de toda a série.

A indústria cearense superou a taxa média brasileira em 1994 (10,3%, contra 7,6%), teve o mesmo comportamento em 1995 (7,9%, contra 1,8%), não conseguindo repetir o desempenho no ano seguinte, quando sua produção recuou 0,5%, enquanto a atividade industrial brasileira cresceu 1,7%. O crescimento foi retomado em 1997 (2,4%), mas ficou abaixo do resultado nacional (3,9%).

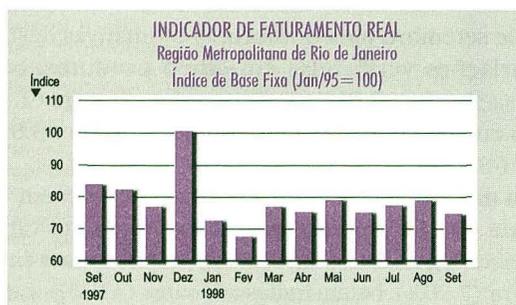


■ COMÉRCIO VAREJISTA

Cai o faturamento do comércio

Em setembro, o faturamento do comércio sofreu redução de 5,1% em relação ao mês anterior, na região metropolitana do Rio. A queda acontece após dois meses seguidos de expansão.

Somente o segmento de *móveis e eletrodomésticos* (7,9%) conseguiu ampliar o volume de vendas, que chegou a recuar 15,5% no ramo *automotivo*. A Pesquisa Mensal de Comércio investiga dez atividades do varejo.



A retração nas vendas já é de 10,9% na comparação com setembro do ano passado, mas no que se refere aos resultados acumulados, o movimento de queda continua desacelerando. Mesmo assim, a taxa ficou negativa em 13,0%, para o período janeiro-setembro, chegando a -15,0% nos últimos 12 meses.

Os principais motivos para a perda de receita no mês foram a escalada dos juros em setembro, o menor número de dias úteis e a ausência de data comemorativa de influência sobre o comércio, como foi o Dia dos Pais em agosto.

O quadro de queda continuada do emprego se manteve em setembro. O nível de ocupação retraiu-se 0,8% sobre o mês anterior, sob influência das quedas observadas em sete segmentos. A supressão de postos de trabalho fica mais evidente no confronto com setembro de 1997 (-6,7%), no acumulado do ano e em 12 meses (ambos com -7,0%).

Uma das causas do desempenho adverso do emprego é estrutural, resultado das modificações no processo de trabalho, especialmente por conta da maior qualificação da força de trabalho e uso crescente da informatização. A outra causa tem caráter conjuntural: como o nível de emprego flutua de acordo com as expectativas dos empresários, geralmente tende a cair quando estas expectativas se frustram.

Na contramão do faturamento e do emprego, a massa salarial cresceu entre agosto e setembro, embora modestamente: apenas 0,1%. Apesar deste comportamento da massa de salários parecer paradoxal, num quadro de retração tanto do faturamento das empresas quanto de pessoal ocupado, cabe lembrar que esta variável reúne itens tão distintos quanto indenizações, 13º salário e férias, entre outros.

Já os indicadores de salários com base no ano anterior refletem o impacto das demissões e desaquecimento das vendas. O total de salários pagos pelo varejo encolheu 4,5% no confronto com setembro de 1997, diminuiu 8,8% no acumulado do ano e recuou 8,7% nos últimos doze meses.

■ CONSTRUÇÃO CIVIL

Custo da construção civil acumula alta de 1,53% no ano

O custo nacional da construção civil apresentou variação positiva de 0,14% em outubro, após a deflação de 0,05% registrada em setembro, situando-se, com isso, em R\$ 347,05. O acumulado no ano está em apenas 1,53%, chegando a 2,07% nos últimos 12 meses.

No mês, os materiais totalizaram R\$ 211,73, com variação de 0,19%, enquanto a mão-de-obra, com o custo total de R\$ 135,32, subiu 0,05%. De janeiro a outubro, o custo aumentou 0,20% para os materiais e 3,69% para a mão-de-obra 3,69%. Já as variações em doze meses são de, respectivamente, 0,54% e 4,57%.

Houve deflação nos custos regionais do Nordeste (0,04%) e do Centro-Oeste (0,03%). Em compensação, foram apuradas variações positivas no Norte (0,17%), no Sudeste (0,21%) e no Sul (0,31%). Os custos se situaram entre R\$ 385,96 (Região Norte) e R\$ 316,73 (Região Nordeste). O Sudeste manteve as altas mais acentuadas no ano (2,00%) e nos últimos 12 meses (2,72%). Por outro lado, a Região Nordeste teve as menores taxas acumuladas: 0,70% (no ano) e 1,06% (12 meses).



O custo apresentou queda em 12 estados, com destaque para o Amapá (-0,79%). Por outro lado, as altas variaram entre 0,77%, no Pará, e 0,05%, no Acre. No acumulado do ano, destacou-se ainda o Paraná (4,00%) e em 12 meses, o Acre (5,12%).

■ EMPREGO INDUSTRIAL

Efetivo ocupado continua se reduzindo

O emprego industrial caiu 0,4% em agosto, na comparação com julho. Somente o Nordeste, com 0,7%, conseguiu ampliar o quadro de pessoal ocupado.

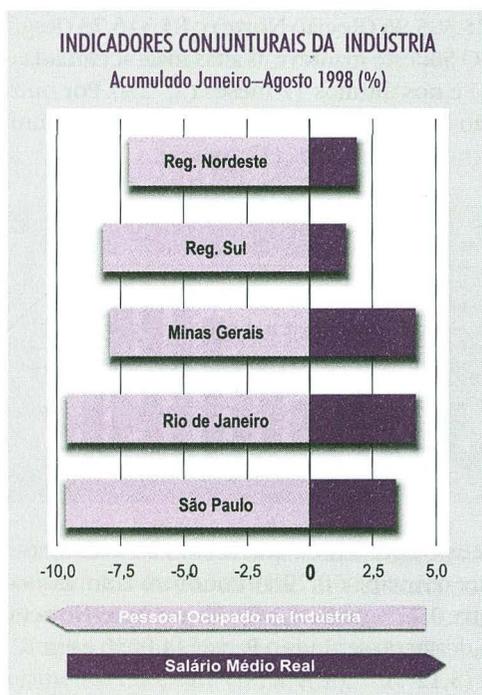
As taxas negativas predominam no setor industrial, no que diz respeito à ocupação. O número de empregados teve queda sobre agosto de 1997 (-9,4%), no acumulado do ano (-9,0%) e nos últimos doze meses (-8,0%).

Mais intensa em Minas Gerais (-1,4%), a redução atingiu ainda o Rio (-0,7%), São Paulo e a região Sul (-0,4%), considerando o confronto agosto 98/julho 98.

Já em relação a agosto de 1997, a retração alcança todos os locais e segmentos pesquisados. As perdas são maiores para o Sul (-10,4%), vindo a seguir São Paulo (-9,8%), Minas (-9,7%), Rio (-7,2%) e Nordeste (-5,2%).

Entre julho e agosto, a variação para o total de salários pagos pela indústria foi nula. A massa salarial encolheu, no entanto, na comparação com agosto do ano passado (-7,0%), no acumulado do ano (-6,4%) e nos últimos doze meses (-5,4%).

O salário por trabalhador obteve acréscimo real de 0,5%, de um mês para o outro, mantendo taxas positivas nas demais comparações: 2,6% em relação a agosto do ano passado, 2,8% no acumulado do ano e 2,9% nos últimos doze meses.



■ CONJUNTURA AGRÍCOLA

Safra registra queda em outubro

Apesar da previsão de redução de 3,06% para a safra deste ano, em relação à produção obtida em 1997, o levantamento realizado em outubro situa a produção de grãos em 75,142 milhões de toneladas.

Há incremento de 0,29% na região Centro-Sul e Rondônia, que concentra cerca de 93% da produção, e quebra de 32,32% nas regiões Norte e Nordeste, responsáveis por 7% do total.

De setembro para outubro, as estimativas destacam as variações verificadas em cinco produtos: batata-inglesa 3ª safra (-7,06%), feijão em grão 2ª safra (2,44%), feijão em grão 3ª safra (5,06%), milho 1ª safra (-3,82%) e trigo (-8,47%).

Já na comparação com a produção obtida em 1997, metade dos 18 produtos analisados apresenta variação positiva: algodão herbáceo (43,63%), batata-inglesa 2ª safra (7,90%), batata-inglesa 3ª safra (4,81%), café em coco (42,67%), cana-de-açúcar (0,54%), feijão em grão 3ª safra (4,13%), laranja (0,35%), milho 2ª safra (42,04%) e soja (18,36%).

Com variações negativas aparecem: arroz (-16,14%), batata-inglesa 1ª safra (-13,84%), cacau em amêndoa (-4,51%), cebola (-5,37%), feijão em grão 1ª safra (-29,17%), feijão em grão 2ª safra (-28,81%), mandioca (-18,87%), milho 1ª safra (-22,92%) e trigo (-6,54%).

As chuvas intensas que castigaram a região Sul em outubro reduziram a produção prevista no Paraná (-6,67%), Santa Catarina (-4,61%) e Rio Grande do Sul (-15,09%). Nesses estados, o prejuízo ultrapassa as 200 mil toneladas, aumentando a necessidade de importação do cereal, para suprir a demanda.

Área destinada à produção agrícola será menor em 1999

Saíram as primeiras informações sobre intenções de plantio e das áreas já plantadas para a safra de 1999, realizado pelo IBGE, em outubro, para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Para esta estimativa são considerados nove produtos.

O primeiro levantamento das intenções de plantio mostra redução de 0,94% na área plantada ou a plantar, estimada em 27,110 milhões de hectares (contra 27,366 milhões de hectares em 1998). Já a comparação com a área colhida (27,256 milhões de hectares) revela redução menor para a área plantada (-0,54%), em função das perdas registradas neste ano.

As principais variações positivas em relação à área plantada na safra 98 foram do arroz (4,50%), cana-de-açúcar (0,10%), feijão em grão 1ª safra (6,57%), mandioca (1,56%) e milho em grão 1ª safra (2,47%). Em compensação, houve recuo na produção de algodão herbáceo (-26,43%), batata-inglesa 1ª safra (-3,64%), cebola (-5,25%) e soja (-3,30%).

INDICADORES CONJUNTURAIS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1998-II	124,44 (1)	1,44 (1)	1,53 (2)
Agropecuária	1998-II	130,65 (1)	5,52 (1)	4,31
Indústria	1998-II	128,02 (1)	7,05 (1)	1,65
Serviços	1998-II	109,78 (1)	0,88 (1)	1,01
Total	1998-III	122,69 (1)	-1,52 (1)	-0,14 (2)
Agropecuária	1998-III	124,82 (1)	-7,72 (1)	0,66
Indústria	1998-III	120,57 (1)	-5,43 (1)	-2,06
Serviços	1998-III	109,28 (1)	-0,39 (1)	1,00
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (*)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Ago/98	76,237	—	-1,65 (4)
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Set/98	76,126	—	-1,79 (4)
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Out/98	75,142	—	-3,06 (4)
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (*)				
Total	Ago/98	125,44	-0,02 (1)	-2,33
Bens de Capital	Ago/98	111,06	-3,78 (1)	-3,65
Bens Intermediários	Ago/98	124,87	0,80 (1)	-0,73
Bens de Consumo Duráveis	Ago/98	142,58	0,50 (1)	-18,57
Bens de Consumo Não-duráveis	Ago/98	122,79	-0,62 (1)	-0,81
Total	Set/98	123,42	-2,40 (1)	-5,95
Bens de Capital	Set/98	108,67	-3,33 (1)	-10,89
Bens Intermediários	Set/98	121,28	-2,76 (1)	-3,77
Bens de Consumo Duráveis	Set/98	148,93	0,24 (1)	-23,84
Bens de Consumo Não-duráveis	Set/98	122,92	-1,84 (1)	-4,43
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Rio de Janeiro (jan/95=100) (*)				
Faturamento (5)	Ago/98	79,04	1,79	-8,06
Emprego Assalariado	Ago/98	80,69	0,19	-6,84
Salários e Outras Remunerações (5)	Ago/98	98,85	2,06	-8,15
Faturamento (5)	Set/98	75,00	-5,10	-10,90
Emprego Assalariado	Set/98	80,05	-0,80	-6,70
Salários e Outras Remunerações (5)	Set/98	98,92	0,07	-4,51
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Recife (jan/97=100) (*)				
Faturamento (6)	Ago/98	87,88	3,60	-10,13
Emprego Assalariado	Ago/98	84,58	-0,86	-11,32
Salários e Outras Remunerações (6)	Ago/98	90,02	3,52	-15,34
Faturamento (6)	Set/98	81,27	-7,52	-13,95
Emprego Assalariado	Set/98	84,62	0,05	-11,74
Salários e Outras Remunerações (6)	Set/98	88,71	-1,45	-16,98
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Salvador (jan/97=100) (*)				
Faturamento (7)	Ago/98	89,51	1,74	—
Emprego Assalariado	Ago/98	90,53	-1,16	—
Salários e Outras Remunerações (7)	Ago/98	89,45	1,60	—
Faturamento (7)	Set/98	85,07	-4,96	-14,93
Emprego Assalariado	Set/98	89,45	-1,20	-10,55
Salários e Outras Remunerações (7)	Set/98	91,15	1,90	-8,85
■ MERCADO DE TRABALHO (*)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Ago/98	7,80	-2,70	31,10
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Jul/98	124,85	-0,30	-3,50
Empregados com Carteira Assinada	Jul/98	118,56	1,10	-3,10
Empregados sem Carteira Assinada	Jul/98	139,08	3,20	4,10
Conta-própria	Jul/98	129,84	-5,30	-11,60
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Jul/98	61,61	-0,95	-9,76
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Jul/98	124,09	0,71	2,85
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Set/98	7,65	-1,90	35,90
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Ago/98	126,75	1,50	-3,30
Empregados com Carteira Assinada	Ago/98	119,59	0,90	-3,80
Empregados sem Carteira Assinada	Ago/98	139,50	0,30	1,80
Conta-própria	Ago/98	133,35	2,70	-9,90
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Ago/98	61,50	-0,42	-9,35
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Ago/98	124,55	0,45	2,57
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Out/98	7,45	-2,61	30,47
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Set/98	127,16	0,33	-2,40
Empregados com Carteira Assinada	Set/98	120,02	0,36	-3,12
Empregados sem Carteira Assinada	Set/98	139,17	-0,20	1,96
Conta-própria	Set/98	137,81	3,35	-6,59
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (*)	Set/98	1.459,95	-0,31	3,16
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (**)	Set/98	1.454,86	-0,22	2,27
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (*)	Out/98	1.461,56	0,11	2,98
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (**)	Out/98	1.455,15	0,02	2,05
Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E	Jul/Set/98	—	0,92 (12)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m ²) (*)	Ago/98	346,76	0,01	1,87
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m ²) (*)	Set/98	346,57	-0,05	2,04
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m ²) (*)	Out/98	347,05	0,14	2,07

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (*) ÍNDICE MENSAL. (**) ÍNDICE TRIMESTRAL.

A Carta IBGE aguarda notícias suas

A Carta IBGE dissemina a cada mês uma série importante de informações. Em grande parte, são indicadores conjunturais relativos aos setores econômicos, ao mercado de trabalho, à evolução dos preços e aos custos e índices da construção civil. Outro item relevante da pauta é o PIB Real Trimestral, que mede o desempenho global e setorial da atividade econômica do País.

Embora sem a frequência das estatísticas de conjuntura, pesquisas estruturais, socialdemográficas e pesquisas da agenda de Geociências já marcaram presença na Carta IBGE. Isto, sem contar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que foi motivo de suplemento especial, em 1996, e de edição extraordinária, em fevereiro deste ano.

A Carta IBGE quer preservar o vínculo especial que mantém com o universo de seus leitores. Informações como as relacionadas acima, além de muitas outras, continuarão chegando ao endereço que o leitor indicar. A partir do mês que vem, no entanto, somente para aqueles que responderem ao formulário de atualização cadastral.

FORMULÁRIO DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL			
NOME _____			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL _____		CARGO _____	
EMPRESA _____		CGC _____	
ENDEREÇO _____			
CEP _____	CIDADE _____	UF _____	PAÍS _____
TELEFONE(S) e/ DDD _____		FAX _____	
E-MAIL _____		OBS. _____	

Se preferir, o leitor poderá informar seus dados em folha à parte. As respostas deverão ser remetidas, por carta, à Coordenação Geral de Comunicação Social (Av. Franklin Roosevelt, 166, 9º andar, CEP 20021-120, Castelo, Rio de Janeiro, RJ), fax (021-220-6521) ou por e-mail (cartaibge@ibge.gov.br).

CARTA IBGE



**Coordenação Geral
de Comunicação Social**

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela CGC.
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º and. • 20021-120 • Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (021) 220-0411 / Fax: (021) 262-5429
Internet: <http://www.ibge.gov.br>
E-mail: cartaibge@ibge.gov.br

Coordenador e Editor Responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTb-RJ)

Editor-chefe
Adilson Ribeiro

Assistentes
Fátima Santos, Maria Léa Aguiar e Sheila Riera

Publicidade
Lúcia Guimarães

Projeto Gráfico e Editoração
Paulo Weissenberg

Impressão e circulação
Centro de Documentação e Disseminação de Informações • CDDI

Tiragem: 23.400 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 27/11/98

Entregue aos Correios até o dia 31/01/99